

*Cada acidente mortal  
provoca danos que não  
são possíveis de reparar.*



Por **Fernando Santo**  
Bastonário da Ordem dos Engenheiros

TRIBUNA DO ENGENHEIRO

## *A “Guerra Civil” nas estradas portuguesas*

A recente entrada em vigor do novo Código da Estrada mobilizou alguns debates sobre uma revisão da legislação, que teve como objectivo de primeiro plano contribuir para a redução da sinistralidade. Depois da guerra colonial, a sinistralidade nas estradas é responsável pelo maior número de mortes de vidas a causas não naturais e a primeira causa de morte no grupo etário situado entre os 18 e os 25 anos. Estamos a assistir a uma “Guerra Civil”, aparentemente pacífica, pois é ignorada no dia a dia, sem que a consciência colectiva tome medidas drásticas para pacificar o campo de batalha. Mesmo o elevado número de mortes por acidentes de trabalho é inferior a 20% das provocadas pelos acidentes de viação.

Mas o aumento das penalizações, previstas no novo Código, não irá resolver os problemas de fundo que estão na origem de muitos dos acidentes, da mesma forma que a pena de morte para penalização de crimes muito graves também não eliminou a criminalidade violenta nos países que a aplicam.

Sendo um problema nacional, é de felicitar o Senhor Presidente da República pela iniciativa de eleger uma Presidência temática sobre a Sinistralidade Rodoviária para os próximos dias 1 a 5 de Maio, a que a Ordem dos Engenheiros também se associou. Os portugueses já se mobilizaram diversas vezes para temas de grande consenso, nomeadamente a propósito de Timor e da expressão do nacionalismo através das bandeiras no campeonato europeu de futebol. Esta iniciativa do PR permitirá aumentar a consciência sobre a responsabilidade e consequências do acto de conduzir. Não é apenas uma atitude individual, mas um acto de consequências colectivas provocadas a terceiros. Cada acidente mortal provoca danos que não são possíveis de reparar.

O novo Código e a fiscalização poderão ajudar a reduzir esses danos incommensuráveis, mas importa, desde já, discutir e intervir nas verdadeiras causas, designadamente na educação cívica, na formação e no modo como são concedidas as licenças de condução. Também o traçado de muitas estradas, com pontos negros potenciadores de acidentes, o seu estado de conservação e a sinalização deverão merecer intervenções compatibilizadas para a sua melhoria.

Estes aspectos não constam do novo Código da Estrada, mas sem uma intervenção qualificada naquelas áreas não será possível reduzir, de forma significativa, a sinistralidade e, em particular, as mortes provocadas. Alterar o sistema de educação, a aprendizagem e o modelo de exigência para conduzir uma viatura e para manter essas capacidades, é uma tarefa mais difícil do que adquirir uma pistola e levará muitos anos.

A simples comparação entre a segurança do transporte rodoviário e do transporte aéreo, levar-nos-ia a concluir que este último seria menos seguro, porque desafia a lei da gravidade e depende da fiabilidade técnica do avião. Como sabemos, é exactamente o contrário, pelo simples facto dos aviões terem como condutores pilotos profissionais competentes, previamente seleccionados e sujeitos a treino permanente, o mesmo sucedendo com as exigências para o próprio meio de transporte e com as condições técnicas dos aeroportos. A massificação tem vantagens, mas o preço nunca poderá ser o da vida de outros cidadãos. Que a iniciativa do Dr. Jorge Sampaio seja uma nova esperança para que a “Guerra Civil” termine. ■